

IPECE Informe

Nº 250 – Julho/2024

A dinâmica da extrema pobreza nos estratos geográficos do Ceará no período de 2012 a 2023



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário

Auler Gomes de Sousa – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Raimundo Avilton Meneses Júnior - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Antonio Roziano Ponte Linhares - Secretário Executivo de Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Liderança

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº250 – Julho/2024

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Jimmy Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo
Cambéba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2024

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2024

ISSN: 2594-8717

1. Economia Social. 2. Economia Cearense. 3. Segurança Alimentar. 4. Aspectos Sociais. 5. Políticas sociais

Nesta Edição

O objetivo deste informe é calcular o número e a proporção de pessoas no Ceará com renda abaixo da linha de pobreza internacional utilizada para o monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e analisar a dinâmica da extrema pobreza nas diferentes regiões do estado, de acordo com os recortes geográficos permitidos pela PNAD Contínua do IBGE.

Entre 2012 e 2023, aproximadamente 388 mil cearenses saíram da extrema pobreza, que representou uma redução de 30,7% no número de extremamente pobres no estado em quase uma década. Considerando apenas o período pós-pandemia, a redução foi ainda maior. Entre 2021 e 2023, 600 mil cearenses saíram da extrema pobreza, uma redução 40,6% na quantidade de pessoas nessa situação.

Na comparação entre as áreas geográficas, observou-se uma tendência de crescimento quase que contínuo da extrema pobreza na RMF. O número de pessoas em extrema pobreza na capital atingiu seu valor máximo em 2023. Enquanto o número de extremamente pobres caiu para menos da metade em todas as regiões do interior do estado no período pós-pandemia. As maiores reduções foram nas regiões Sul e dos Sertões.

Fortaleza concentrava 8,7% do total de extremamente pobres em 2012 e passou a concentrar 19,6% da população cearense na extrema pobreza em 2023, ficando atrás apenas da região do Litoral Ocidental e Norte, que agrega alguns dos municípios cearenses com maiores proporções de pessoas em situação de extrema pobreza.

1. Introdução

Em 2015, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram como o primeiro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares até 2030. Embora a pobreza seja um fenômeno social complexo que pode se manifestar em múltiplas dimensões da vida simultaneamente (pobreza multidimensional), o principal indicador utilizado para mensurar o alcance deste objetivo mede a pobreza apenas como insuficiência de renda (pobreza monetária). De modo que, o progresso em relação ao cumprimento da meta vem sendo medido pelo monitoramento da parcela da população global vivendo abaixo da linha de pobreza internacional. O valor da linha de pobreza internacional foi estabelecido pelo Banco Mundial e corresponde a uma média das linhas nacionais de pobreza dos países em desenvolvimento mais pobres do mundo (Ferreira et al. 2016; Jolliffe et al. 2022).

Países em desenvolvimento, em que parcelas consideráveis da população não tem suas necessidades básicas atendidas, tendem a definir linhas de pobreza como um padrão mínimo socialmente aceitável (linha de pobreza absoluta). Por conseguinte, cada país estabelece sua linha de pobreza como o valor necessário para adquirir uma cesta de consumo que garanta um nível mínimo de bem-estar para que uma pessoa não seja considerada pobre, de acordo com o padrão de vida local (método do custo das necessidades básicas¹). Em geral, esta cesta de consumo é definida a partir da quantidade de alimentos necessária para manter uma dieta que garanta o mínimo de calorias para uma pessoa sobreviver, acrescidos de outros componentes não alimentares que refletem custos com moradia, vestuário, eletricidade, entre outros (Banco Mundial, 2015).

Como as linhas de pobreza de cada país são expressas em moeda local, é necessário convertê-las para uma unidade comum para estimar uma linha de pobreza internacional. Para resolver essa questão, o Banco Mundial utiliza as taxas de câmbio de paridade do poder de compra (PPC) para ajustar as diferenças de custo de vida e garantir que um dólar tenha o mesmo poder de compra em diferentes países. Em outras palavras, esse ajuste é feito para garantir que uma cesta de consumo em qualquer país tenha o mesmo custo em dólares que teria caso fosse comprada nos Estados Unidos. Esses fatores de correção são revisados periodicamente para ajustar mudanças nos preços relativos entre países. Mudanças na paridade de poder de compra alteram o valor em dólares da linha de pobreza internacional.

¹ Abordagens alternativas podem ser utilizadas para definição de linhas de pobreza absoluta. O governo federal, por exemplo, ao relançar o programa Bolsa Família, em março de 2023, estabeleceu como critério para inclusão no programa uma linha de pobreza no valor de R\$ 218 mensais por pessoa. Esse valor não tem relação com o custo de uma cesta de consumo considerada como um padrão mínimo aceito pela sociedade, mas foi adotado por questões administrativas e orçamentárias (linha de pobreza administrativa).

Atualmente, a linha de pobreza internacional é definida como US\$ 2,15 por pessoa por dia pela PPC de 2017. Como esse valor foi definido com base nos padrões de vida dos países mais pobres, passou a ser considerado como uma linha de extrema pobreza. Por conseguinte, como o padrão de consumo tende a variar positivamente com o nível de renda de um país, duas outras linhas de pobreza para países de renda média foram definidas como US\$ 3,65 e US\$ 6,85 por pessoa por dia (PPC 2017) para países de renda média-baixa e renda média-alta², respectivamente.

O objetivo deste informe é calcular o número e a proporção de pessoas no Ceará com renda abaixo da linha de pobreza internacional utilizada para o monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, comparando com a situação do Nordeste e do Brasil, e analisar a dinâmica da extrema pobreza nas diferentes regiões do estado, de acordo com os recortes geográficos permitidos pela PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base na estratificação da amostra da PNAD Contínua, os municípios cearenses foram agregados em seis estratos geográficos: município da capital (Fortaleza), demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (entorno metropolitano) e as regiões do Litoral Oriental\ Vale do Jaguaribe; Sul; Sertões; e Litoral Ocidental e Norte³.

De acordo com o IBGE, os estratos geográficos são compostos por municípios que foram agregados, levando em consideração critérios como contiguidade e integração socioeconômica, com o objetivo de garantir a representatividade da amostra e possibilitar a geração de estimativas que revelem a heterogeneidade socioespacial existente dentro de cada uma das unidades federativas⁴. Neri (2022) calculou as taxas de pobreza para os 146 estratos espaciais que compõem o território nacional, dando ênfase aos 8 estratos que agregam os 92 municípios fluminenses, para analisar a evolução da pobreza durante os últimos anos no Brasil e constatou a elevada desigualdade geográfica brasileira.

2. Uma breve discussão sobre questões metodológicas e fonte de dados para o cálculo da pobreza no Brasil e nas Unidades da Federação

Definido o valor da linha de (extrema) pobreza internacional, uma pessoa é considerada (extremamente) pobre se o valor do consumo ou da renda, em termos *per capita*, se encontra abaixo desse limite. O consumo é preferível a renda como medida de bem-estar. Dentre as várias razões, uma delas é que a renda não capta o valor da produção para autoconsumo comum em áreas rurais, principalmente em famílias de agricultores familiares, por exemplo. Todavia, a falta de pesquisas anuais

² Pela classificação do Banco Mundial, o Brasil é considerado um país de renda média-alta.

³ A lista de municípios que compõe cada um dos recortes geográficos será apresentada em Anexo.

⁴ Ver a Nota Técnica 01/2022 do IBGE sobre as Estimativas para estratos de Municípios na PNAD Contínua.

sobre o padrão de consumo das famílias brasileiras faz com que a renda seja a principal medida de bem-estar utilizada no país⁵.

No Brasil, a PNAD Contínua fornece as estimativas de renda para os cálculos das taxas de pobreza nacional, das grandes regiões, das unidades da federação e dos municípios das capitais divulgadas pelo IBGE. Essa pesquisa do tipo domiciliar fornece informações trimestrais sobre as condições de emprego e renda da população brasileira. Além da renda do trabalho, anualmente, a pesquisa fornece também os valores dos rendimentos de outras fontes (aposentadorias e pensões, aluguéis, programas sociais e outros rendimentos) possibilitando o cálculo do rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios particulares permanentes.

O cálculo da pobreza em um ano específico envolve a conversão dos valores diários em dólares da linha de pobreza internacional para valores mensais em reais para uma determinada paridade do poder de compra. Para comparação entre anos diferentes, é necessário também a utilização de índices que levem em conta tanto mudanças de preços ao longo do tempo como diferenças de preços entre as diferentes regiões do país. Segundo Ferreira et. al. (2016), sem os ajustes espaciais de preços, uma linha de pobreza nacional pode superestimar a pobreza em áreas com preços baixos (normalmente áreas rurais) e subestimar em áreas com preços altos (normalmente áreas urbanas), tornando incorreta a análise das dinâmicas regionais da pobreza, mesmo que a contagem do total de pobres no país esteja correta.

Os rendimentos da PNAD Contínua são deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Tendo em vista que a pesquisa tem abrangência nacional, o IBGE adota procedimentos para definir índices de preços para todas as unidades da federação. Para as áreas que não contam com levantamento de preços, são definidos índices regionais ponderados. Os índices regionais são obtidos tomando-se a média ponderada dos índices locais produzidos em cada região, sendo o peso calculado a partir da estrutura de pesos do IPCA nacional⁶. Atualmente, na região Nordeste, são coletados índices de preços para as Regiões Metropolitanas de São Luís, Fortaleza, Recife, Aracaju e Salvador. Os índices dessas regiões foram aplicados nas respectivas unidades da federação, e, para as demais unidades, é adotado o índice médio da região Nordeste.

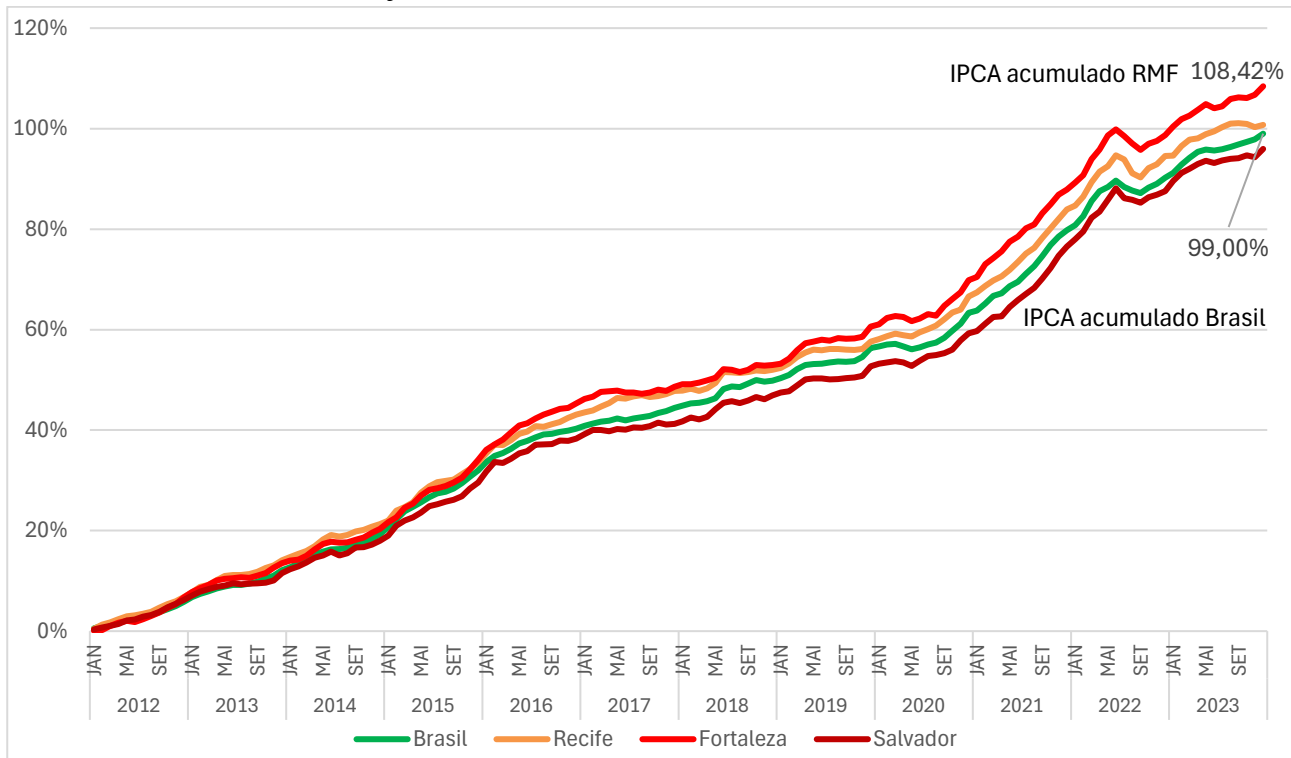
O IBGE disponibiliza um conjunto de deflatores para o cálculo dos rendimentos habituais do trabalho e dos rendimentos efetivos de outras fontes, a preços médio do próprio ano ou a preços médio do último ano, além de um deflator específico para a linha de pobreza do indicador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (indicador 1.1 do ODS 1). Os rendimentos são corrigidos trimestralmente

⁵ A cada cinco anos, em média, o Brasil realiza a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) que permite avaliar os padrões de consumo, de gastos e de rendimentos das famílias brasileiras. A última pesquisa realizada foi a POF 2017-2018.

⁶ Para o IPCA, a base dos ponderadores são as estimativas do rendimento familiar monetário disponível mensal obtidas da POF 2008-2009, para as famílias residentes nas áreas urbanas das regiões do Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor – SNIPC.

enquanto os valores em reais da linha de pobreza internacional são corrigidos anualmente. No cálculo das séries anuais de pobreza, tanto faz se os valores dos rendimentos e da linha de pobreza estão ambos em reais médios do próprio ano ou todos em reais médios do último ano.

Gráfico 1: Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado – Brasil, RM de Fortaleza, RM de Recife e RM de Salvador – janeiro de 2012 a dezembro de 2023



Fonte: Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

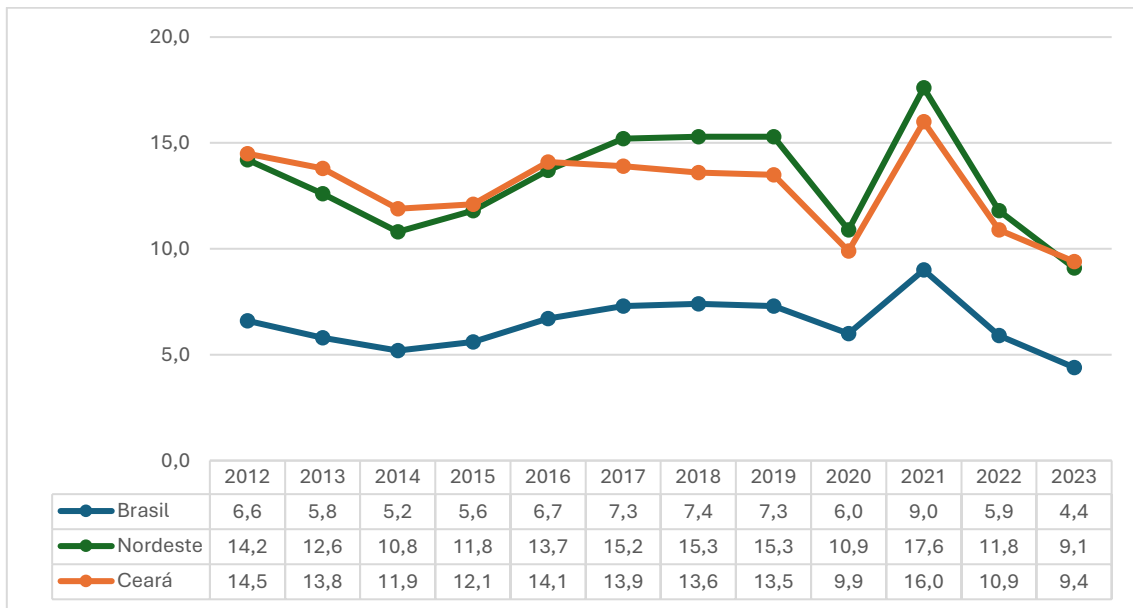
O Gráfico 1 apresenta o IPCA acumulado no Brasil e nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador de janeiro de 2012 a dezembro de 2023⁷. A inflação acumulada na RM de Fortaleza foi a maior entre todas as regiões metropolitanas do Nordeste. Somente a RM de Salvador teve uma inflação acumulada inferior à média do país. Portanto, levando em conta as diferenças de preços entre as regiões metropolitanas, a população cearense deve desembolsar uma quantia maior em reais para comprar a mesma cesta de consumo do que o restante da população nordestina e brasileira. Ou dito de outra forma, a linha de pobreza em reais no Ceará deve ser mais alta do que a do Brasil e a do Nordeste porque a cesta de consumo que corresponde ao mínimo socialmente aceito para que uma pessoa não seja considerada extremamente pobre é mais cara aqui do que nas outras regiões metropolitanas pesquisadas.

⁷ Os índices de preços da RM de Aracaju e da RM de São Luís só começaram a ser coletados a partir de maio de 2018.

3. Dinâmica da extrema pobreza nos estratos geográficos do Ceará

O Gráfico 2 apresenta a proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a linha de (extrema) pobreza internacional de US\$ 2,15/dia por pessoa (PPC 2017) utilizada para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre 2012 e 2023, a extrema pobreza caiu 5,1 pontos percentuais no Ceará, desempenho igual ao da região Nordeste e superior ao do Brasil, que teve redução de 2,2 pontos percentuais. Em 2012, 14,5% da população cearense vivia na extrema pobreza, que correspondia a um total de mais de 1,2 milhões de pessoas. Em 2023, a proporção de extremamente pobres foi de 9,4% da população total do estado, que equivale a 876 mil pessoas. Portanto, aproximadamente 388 mil cearenses saíram da extrema pobreza nesse período, que representa uma redução de 30,7% no número de extremamente pobres em quase uma década.

Gráfico 2: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a linha de extrema pobreza internacional – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Notas: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017.

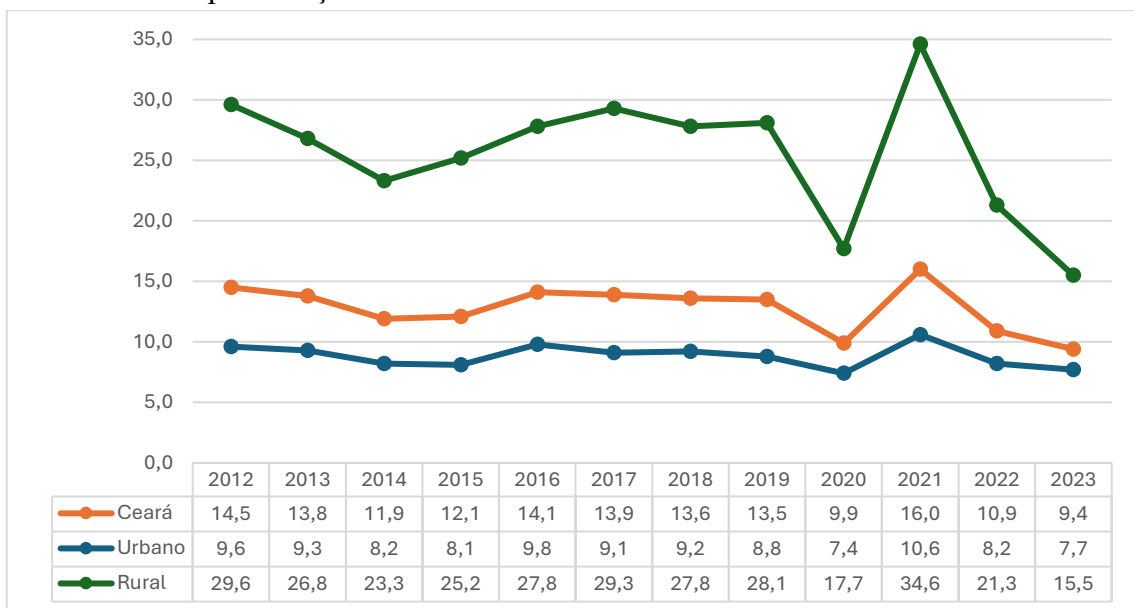
Valores em reais: R\$ 208,63 para o Brasil, R\$ 208,81 para o Nordeste e R\$ 211,06 para o Ceará.

Analisando a evolução da extrema pobreza, três fatos chamam a atenção. Primeiro, os níveis de pobreza extrema no Ceará e no Nordeste são muito próximos e praticamente o dobro do Brasil. Segundo, apesar das diferenças no nível, as variações seguem uma tendência comum determinada pela conjuntura econômica do país. E, terceiro, não há um comportamento uniforme do indicador ao longo do tempo. Ao contrário, há uma alternância entre períodos de crescimento e redução da extrema pobreza durante o período analisado. Após cair por dois anos seguidos no período 2012-2014, a extrema pobreza cresceu por três anos consecutivos no período 2015-2017, com exceção do Ceará que apresentou uma

pequena redução em 2017. O aumento da extrema pobreza nesse período foi provocado pela recessão econômica que se estendeu do segundo trimestre de 2014 até o quarto trimestre de 2016⁸. No período 2017-2019, a economia brasileira iniciou um lento processo de recuperação, com a extrema pobreza se mantendo estável no Brasil e no Nordeste, enquanto continuou a cair levemente no Ceará por mais dois anos seguidos.

Em 2020, o pagamento do Auxílio Emergencial (AE), em virtude da pandemia da Covid-19, fez com que a extrema pobreza caísse ao menor nível até então. Em 2021, a interrupção do pagamento do AE nos primeiros meses do ano e o seu retorno por apenas mais alguns meses, em valor equivalente a aproximadamente 1/3 do ano anterior, fizeram com que a extrema pobreza atingisse o maior valor da série histórica. O período 2021-2023 é marcado pela queda acentuada da extrema pobreza provocada pela recuperação da economia no pós-pandemia e pelo aumento no valor das transferências dos programas sociais, com destaque para o aumento do valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 600 por família, a partir de junho de 2022, e a melhoria da focalização e a criação de novos benefícios para crianças, jovens, gestantes e nutrizes com o relançamento do Bolsa Família em março de 2023.

Gráfico 3: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema pobreza internacional por situação do domicílio – Ceará – 2012 a 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Nota: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017 (R\$ 211,06 em reais de 2023).

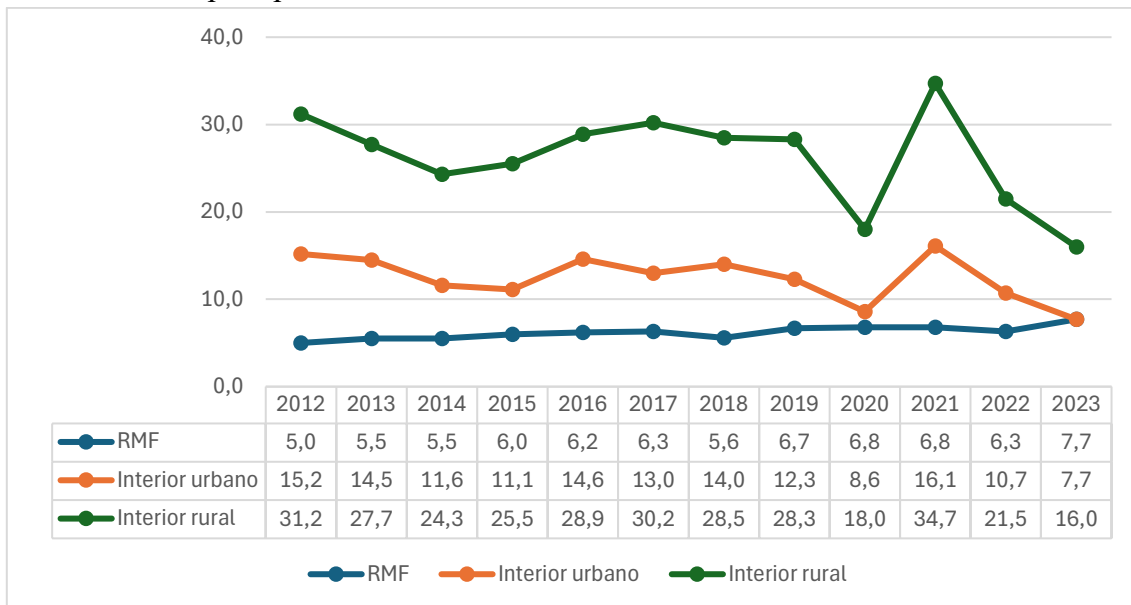
O Gráfico 3 apresenta a proporção de pessoas na extrema pobreza no Ceará por situação do domicílio. Em 2012, 29,6% da população rural e 9,6% da população urbana viviam na extrema pobreza. Apesar da diferença, como mais de 75% da população do estado vive em zona urbana, do total de

⁸ Segundo relatório do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

cearenses na extrema pobreza naquele ano, metade estava na zona urbana e a outra metade na zona rural, que correspondia a aproximadamente 632 mil pessoas em cada. Analisando as variações ao longo dos anos, percebe-se que, apesar de seguirem a mesma tendência, elas foram muito mais intensas na zona rural, principalmente, durante a pandemia da Covid-19 e nos anos seguintes. Em 2021, na zona rural, havia quase 717 mil pessoas na extrema pobreza. Esse número caiu para menos da metade em 2023, restando ainda 310 mil pessoas nessa situação na zona rural.

Entre 2021 e 2023, aproximadamente 600 mil cearenses saíram da extrema pobreza⁹, sendo mais de 193 mil na zona urbana e cerca de 407 mil na zona rural. Em termos percentuais, isso representou uma redução de 40,6% do número de extremamente pobres no Ceará, e uma redução de 25,4% na zona urbana e de 56,7% na zona rural. Em 2023, 15,5% da população rural e 7,7% da população urbana ainda permaneciam na extrema pobreza, mas do total de cearenses nessa situação, 64,5% viviam em zona urbana e 35,4% na zona rural. Percebe-se, então, uma mudança no perfil da população extremamente pobre no estado, que passou a ser majoritariamente urbana.

Gráfico 4: Proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema pobreza internacional por tipo de área – Ceará – 2012 a 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Nota: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017 (R\$ 211,06 em reais de 2023).

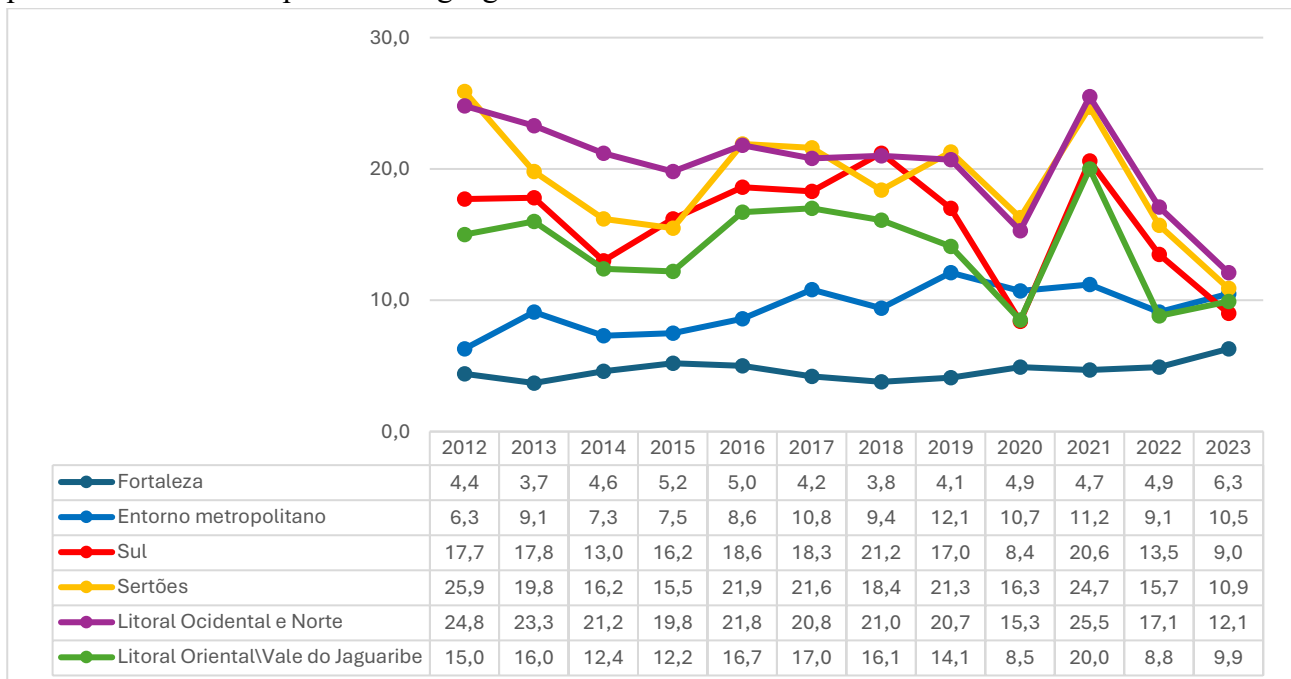
O Gráfico 4 mostra a proporção de extremamente pobres na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do estado, dividido em interior urbano e interior rural. Percebe-se que a RMF apresenta uma tendência de crescimento quase contínuo da extrema pobreza, com exceção apenas nos anos de 2018 e 2022, que apresentaram pequenas reduções. Entre 2021 e 2023, o número de pessoas na extrema pobreza

⁹ Esse número é maior do que quando se considera o período completo de 2012 a 2023 que foi de aproximadamente 388 mil, por causa do aumento do número de extremamente pobres em 2021.

creceu 14,6% na RMF enquanto caiu 53,3% no interior do estado, com reduções de 55,1% no interior rural e 50,9% no interior urbano. Somente no último ano, o número de extremamente pobres na RMF aumentou de 255 mil para quase 315 mil pessoas, representando um aumento de 23,4% no número de pessoas nessa situação. Esse aumento fez com que a proporção de pessoas na extrema pobreza na RMF se igualasse a do interior urbano pela primeira vez em todo o período analisado. Isso explica a mudança do perfil da extrema pobreza no estado. A RMF concentrava 14,8% do total da população cearense em extrema pobreza em 2012. Esse percentual aumentou para 35,9% em 2023.

A estratificação da amostra da PNAD contínua permite dividir a RMF entre o município da capital e os demais municípios do entorno metropolitano, e o interior do estado em quatro regiões: Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe; Sul; Sertões; e Litoral Ocidental e Norte. O Gráfico 5 mostra a proporção de extremamente pobres nesses estratos geográficos. Entre 2021 e 2023, houve redução em todos os estratos, com exceção de Fortaleza. Na capital, a população vivenciou o aumento da extrema pobreza nos últimos dois anos, com a proporção de pessoas nessa situação atingindo o valor máximo de 6,3% da população do município no último ano. Considerando apenas o último ano, houve aumentos também nos municípios do entorno metropolitano e na região do Litoral Oriental/Vale do Jaguaribe.

Gráfico 5: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema pobreza internacional por recortes geográficos – Ceará – 2012 a 2023



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Nota: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017 (R\$ 211,06 em reais de 2023).

De acordo com os dados da Tabela 1, no período pós-pandemia, o número de pessoas em extrema pobreza caiu para menos da metade em todas as regiões do interior do estado. As maiores

reduções foram nas regiões Sul e dos Sertões, -58,3% e -54,3%, respectivamente. A situação na RMF foi diferente, houve uma redução de 4,1% nos municípios do entorno metropolitano e um aumento de 36,8% do número de extremamente pobres na capital. O número de pessoas em extrema pobreza em Fortaleza atingiu seu valor máximo em 2023, com um total de aproximadamente 172 mil fortalezenses nessa situação. Considerando o período completo de 2012 a 2023, o número de pessoas na extrema pobreza aumentou tanto em Fortaleza (56,5%) como no entorno metropolitano (86,3%), enquanto caiu nos demais estratos geográficos.

Tabela 1: Estimativas e variações no número de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a linha de extrema pobreza internacional por recortes geográficos – Ceará – 2012, 2021 e 2023

Estrato geográfico	Número de pessoas			Variação			
	Anos			2021-2023		2012-2023	
	2012	2021	2023	N.	%	N.	%
Fortaleza	109.859	125.668	171.897	46.229	36,8%	62.038	56,5%
Entorno metropolitano	76.780	149.131	143.016	-6.115	-4,1%	66.236	86,3%
Sul	227.500	286.522	119.600	-166.922	-58,3%	-107.900	-47,4%
Sertões	269.167	247.712	113.122	-134.590	-54,3%	-156.045	-58,0%
Litoral Ocidental e Norte	461.826	484.228	239.968	-244.260	-50,4%	-221.858	-48,0%
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	119.109	182.985	88.772	-94.213	-51,5%	-30.337	-25,5%
Ceará	1.264.241	1.476.246	876.375	-599.871	-40,6%	-387.866	-30,7%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Nota: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017 (R\$ 211,06 em reais de 2023).

A Tabela 2, a seguir, mostra a distribuição das pessoas em situação de extrema pobreza no Ceará por estratos geográficos. É possível observar um aumento da concentração na RMF e, em especial, em Fortaleza. Em 2012, o número de extremamente pobres na capital representava 8,7% do total do estado. Já em 2023, 19,6% do total da população cearense na extrema pobreza estava em Fortaleza, percentual maior apenas do que o da região do Litoral Ocidental e Norte, que agrega alguns dos municípios cearenses com maiores proporções de pessoas em situação de extrema pobreza. A participação dos municípios do entorno metropolitano também aumentou de 6,1% para 16,3% no mesmo período. Em sentido oposto, as taxas de participação dos estratos geográficos que formam o interior do estado diminuíram, com exceção da região do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe, que aumentou de 9,4% no primeiro para 10,1% no último ano. A maior redução ocorreu na região dos Sertões, que caiu de 21,3% em 2012 para 12,9% em 2023.

Tabela 2: Distribuição das pessoas em situação de extrema pobreza por estratos geográficos – Ceará – 2012 a 2023

Recortes geográficos	Anos											
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total de pessoas												
Ceará	1.264.241	1.207.593	1.046.654	1.076.192	1.260.460	1.251.140	1.235.462	1.230.135	905.048	1.476.246	1.016.533	876.375
RMF	186.639	206.665	208.180	229.608	238.126	247.538	221.984	267.190	272.142	274.799	255.271	314.913
Interior	1.077.602	1.000.928	838.474	846.584	1.022.334	1.003.602	1.013.478	962.945	632.906	1.201.447	761.262	561.462
Fortaleza	109.859	94.647	117.491	135.288	129.201	108.829	100.291	109.774	130.438	125.668	132.395	171.897
Entorno metropolitano de Fortaleza	76.780	112.018	90.690	94.320	108.925	138.710	121.694	157.416	141.703	149.131	122.875	143.016
Sul	227.500	223.539	171.767	203.513	240.841	254.991	306.569	253.212	126.750	286.522	179.107	119.600
Sertões	269.167	211.931	158.640	157.315	222.847	224.455	185.601	210.210	154.128	247.712	154.483	113.122
Litoral Ocidental e Norte	461.826	435.068	406.510	380.770	410.049	379.689	384.627	380.237	271.515	484.228	349.921	239.968
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	119.109	130.390	101.557	104.986	148.598	144.466	136.681	119.285	80.512	182.985	77.752	88.772
Distribuição (%)												
Ceará	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMF	14,8	17,1	19,9	21,3	18,9	19,8	18,0	21,7	30,1	18,6	25,1	35,9
Interior	85,2	82,9	80,1	78,7	81,1	80,2	82,0	78,3	69,9	81,4	74,9	64,1
Fortaleza	8,7	7,8	11,2	12,6	10,3	8,7	8,1	8,9	14,4	8,5	13,0	19,6
Entorno metropolitano de Fortaleza	6,1	9,3	8,7	8,8	8,6	11,1	9,9	12,8	15,7	10,1	12,1	16,3
Sul	18,0	18,5	16,4	18,9	19,1	20,4	24,8	20,6	14,0	19,4	17,6	13,6
Sertões	21,3	17,5	15,2	14,6	17,7	17,9	15,0	17,1	17,0	16,8	15,2	12,9
Litoral Ocidental e Norte	36,5	36,0	38,8	35,4	32,5	30,3	31,1	30,9	30,0	32,8	34,4	27,4
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	9,4	10,8	9,7	9,8	11,8	11,5	11,1	9,7	8,9	12,4	7,6	10,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2023.

Nota: Linha de extrema pobreza de US\$ 2,15/dia PPC 2017 (R\$ 211,06 em reais de 2023).

4. Considerações finais

Embora a pobreza seja um fenômeno social complexo que pode se manifestar em múltiplas dimensões da vida simultaneamente, o monitoramento do progresso em direção ao cumprimento da meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares vem sendo realizado pela mensuração da proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 2,15/dia por pessoa (PPC 2017). Esse valor corresponde a uma média das linhas de pobreza dos países mais pobres do mundo e, portanto, passou a ser considerado como uma linha de extrema pobreza.

O valor da linha de pobreza internacional foi convertido em reais e deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA divulgado pelo IBGE, levando em conta a variação de preços entre as unidades da federação, para o cálculo do número e da proporção de pessoas em situação de extrema pobreza. Durante o período analisado, a inflação acumulada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi maior do que a das demais regiões metropolitanas do Nordeste e do que a do resto do país. Por causa disso, o valor em reais da linha de extrema pobreza no Ceará é maior do que no Brasil e no Nordeste, uma vez que a população cearense precisa pagar mais para adquirir uma cesta de consumo que corresponde ao mínimo socialmente aceitável nos países mais pobres do mundo para que uma pessoa não seja considerada extremamente pobre.

Entre 2012 e 2023, a extrema pobreza caiu 5,1 pontos percentuais no Ceará, desempenho igual ao da região Nordeste e superior ao do Brasil, que teve redução de 2,2 pontos percentuais. De acordo com esse resultado, aproximadamente 388 mil cearenses saíram da extrema pobreza, o que representou uma redução de 30,7% no número de extremamente pobres no estado em quase uma década. Considerando apenas o período pós-pandemia, a redução foi ainda maior. Entre 2021 e 2023, 600 mil cearenses saíram da extrema pobreza, que equivale a uma redução 40,6% na quantidade de pessoas nessa situação. A maioria dos cearenses que saíram da pobreza viviam na zona rural.

A extrema pobreza caiu de forma mais intensa na zona rural, principalmente, no período pós-pandemia, marcado pelo aumento no valor das transferências dos programas sociais. Entre 2021 e 2023, o número de pessoas na extrema pobreza caiu 56,7% na zona rural e 25,4% na zona urbana. Em números absolutos, cerca de 407 mil pessoas saíram da extrema pobreza na zona rural e mais de 193 mil na zona urbana. Em 2012, metade da população extremamente pobre do estado vivia na zona rural e a outra metade na zona urbana. Em 2023, 64,5% estavam em zona urbana e 35,4% na zona rural. Portanto, houve uma mudança no perfil da população extremamente pobre no estado, que passou a ser majoritariamente urbana.

Na comparação entre as áreas geográficas, observou-se uma tendência de crescimento quase que contínuo da extrema pobreza na Região Metropolitana de Fortaleza. Entre 2021 e 2023, o número

de pessoas na extrema pobreza cresceu 14,6% na RMF enquanto caiu 53,3% no interior do estado, com reduções de 55,1% no interior rural e 50,9% no interior urbano. Somente em 2023, o número de extremamente pobres na RMF cresceu 23,4%, significando um aumento de quase 60 mil pessoas. A RMF concentrava 14,8% do total da população cearense em extrema pobreza em 2012. Esse percentual aumentou para 35,9% em 2023.

A estratificação da amostra da PNAD contínua permitiu ainda dividir a RMF entre o município da capital e os demais municípios do entorno metropolitano, e o interior do estado em quatro regiões: Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe; Sul; Sertões; e Litoral Ocidental e Norte. Entre 2021 e 2023, houve redução em todos os estratos geográficos, com exceção de Fortaleza, com a população da capital vivenciando o aumento da extrema pobreza nos últimos dois anos. O número de pessoas em extrema pobreza em Fortaleza atingiu seu valor máximo em 2023, com um total de aproximadamente 172 mil fortalezenses nessa situação. Enquanto o número de extremamente pobres caiu para menos da metade em todas as regiões do interior do estado no período pós-pandemia. As maiores reduções foram nas regiões Sul e dos Sertões.

Com relação a distribuição das pessoas em situação de extrema pobreza no Ceará por estratos geográficos, é possível observar um aumento da concentração na RMF e, em especial, em Fortaleza, que concentrava 8,7% do total de extremamente pobres em 2012 e passou a concentrar 19,6% da população cearense na extrema pobreza em 2023, ficando atrás apenas da região do Litoral Ocidental e Norte, que agrega alguns dos municípios cearenses com maiores proporções de pessoas em situação de extrema pobreza. A participação dos municípios do entorno metropolitano também aumentou de 6,1% para 16,3% no mesmo período. No sentido oposto, as taxas de participação dos estratos geográficos que formam o interior do estado diminuíram, com exceção da região do Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe.

Referências Bibliográficas

COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS (CODACE). Comunicado de 30/10/2017. Portal Ibre - Instituto Brasileiro de Economia – FGV. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/data/files/F3/C1/F8/E8/A18F66108DDC4E66CA18B7A8/Comite%20de%20Data_o%20de%20Ciclos%20Economicos%20%20Comunicado%20de%2030_10_2017%201.pdf.

Ferreira, Francisco H.G., Shaohua Chen, Andrew Dabalen, Yuri Dikhanov, Nada Hamadeh, Dean Jolliffe, Ambar Narayan, et al. 2016. “A Global Count of the Extreme Poor in 2012: Data Issues, Methodology and Initial Results.” *Journal of Economic Inequality* 14 (2): 141–72. <https://doi.org/10.1007/s10888-016-9326-6>.

IBGE. Nota técnica 01/2022. “Estimativas para estratos de Municípios na PNAD Contínua”.

Jolliffe, Dean, Daniel Gerszon Mahler, Christoph Lakner, Aziz Atamanov, and Samuel Kofi Tetteh-Baah. 2022. “Assessing the Impact of the 2017 PPPs on the International Poverty Line and Global Poverty.” Policy Research Working Paper 9941, World Bank, Washington, DC.

NERI, Marcelo C. “Mapa da Nova Pobreza”. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV Social. Acessado em <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>.

World Bank. 2015. “A Measured Approach to Ending Poverty and Boosting Shared Prosperity: Concepts, Data, and the Twin Goals”. Policy Research Report. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-0361-1.

ANEXO

Tabela A1: Municípios por recortes geográficos do território cearense na PNAD Contínua

Município da capital	Fortaleza
Entorno metropolitano de Fortaleza	Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante
Sul do Ceará	Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Cariús, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Orós, Penaforte, Porteiras, Potengi, Quixelô, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari e Várzea Alegre
Sertões	Acopiara, Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Catarina, Choró, Crateús, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Independência, Ipaporanga, Itaitira, Madalena, Milhã, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Pambu, Paramoti, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quiterianópolis, Quixadá, Quixeramobim, Saboeiro, Senador Pompeu, Solonópole, Tamboril e Tauá
Litoral Ocidental e Norte	Acaraú, Alcântaras, Amontada, Apuiarés, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Cariré, Carnaubal, Catunda, Chaval, Coreaú, Croatá, Cruz, Forquilha, Frecheirinha, General Sampaio, Graça, Granja, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Ibiapina, Ipu, Ipueiras, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Miraíma, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Pacujá, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, Pires Ferreira, Poranga, Reriutaba, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, São Benedito, São Luís do Curu, Senador Sá, Sobral, Tejuçuoca, Tianguá, Trairi, Tururu, Ubajara, Umirim, Uruburetama, Uruoca, Varjota e Viçosa do Ceará
Litoral Oriental\Vale do Jaguaribe	Acarape, Alto Santo, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Ererê, Fortim, Guaramiranga, Ibicuitinga, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Itapiúna, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palhano, Palmácia, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Redenção, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).